

RESULTADOS E DESEMPENHO - 1º SEMESTRE DE 2014

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	1S 2014	1S 2013	Variação ⁽¹⁾	Variação %
Receita Líquida	1.993,3	1.670,4	322,9	19,3%
EBITDA	145,4	224,8	-79,4	-35,3%
Margem EBITDA	7,3%	13,5%	-6,2 p.p.	-45,9%
Lucro Líquido	11,0	72,3	-61,3	-84,8%
Dívida Líquida	1.459,2	937,6	521,6	55,6%
Investimentos	132,7	127,2	5,5	4,3%
Volume de fornecimento (GWh)	6.513,5	6.197,1	316,4	5,1%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	8.485,1	8.171,0	314,1	3,8%

Outros Resultados	jun/14	jun/13	Variação	Variação %
Clientes (milhares)	2.402	2.334	68	2,9%
DEC (horas)	8,31	9,02	-0,71	-7,9%
FEC (interrupções)	4,91	5,12	-0,21	-4,1%
Perdas de Distribuição ⁽²⁾	7,38%	7,35%	0,03 p.p.	0,4%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-	-

(1) Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

(2) Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas de jun/14 da Elektro seria de 9,92% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO	5
4.1. Reajuste Tarifário	5
4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e 8.221/14	6
4.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária	7
5. DESEMPENHO COMERCIAL	8
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	8
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	11
5.3. Contratos de Compra de Energia	11
6. RESULTADOS	13
6.1. Resultado ajustado	15
6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	17
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	18
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros.....	19
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	20
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	20
10.FLUXO DE CAIXA	21
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	22
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	23
12.1. DEC e FEC	23
12.2. Perdas de Distribuição	23
13.RECONHECIMENTO	24

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 30 de junho de 2014, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30/06/2014						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,00%</i>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2014 foi marcado pela manutenção da atividade internacional verificada no primeiro trimestre, com estabilidade econômica e contínua recuperação dos indicadores macroeconômicos.

Nos Estados Unidos, os dados de mercado de trabalho apresentaram melhora em comparação com os resultados do primeiro trimestre. A taxa de desemprego reduziu de 6,7% em março para 6,2% em julho e o nível de salários continua estável. Por outro lado, a inflação seguiu abaixo da meta oficial americana de 2,0%. Diante desse cenário, o *Federal Reserve* (“FED”), Banco Central norte-americano, optou por manter o nível atual das taxas de juros entre 0,00% e 0,25%, postergando possíveis aumentos somente para o início de 2015 e anunciou que em outubro deste ano encerrará a atual política de estímulos financeiros iniciada em novembro de 2008, que já injetou cerca de US\$ 4 trilhões na economia americana.

No Brasil o trimestre foi marcado pela desaceleração do crescimento econômico, o que fez com que o governo anunciasse medidas de estímulo ao crescimento, tais como a desoneração da folha de pagamentos de alguns setores da economia, como linha branca e automóveis, manutenção da taxa de juros e política de incentivo ao crédito. O PIB no primeiro trimestre cresceu 0,2% em relação ao trimestre anterior, um aumento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2013.

Segundo dados divulgados pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) as exportações brasileiras somaram US\$ 114,8 bilhões no primeiro semestre de 2014, o que representou uma

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*.

redução de 2,2% sobre o mesmo período do ano anterior, quando registraram US\$ 119,2 bilhões. As importações por sua vez, totalizaram US\$ 115,9 bilhões, com retração de 3,5% em relação ao mesmo período de 2013 (US\$ 122,1 bilhões). Dessa forma, a balança comercial apresentou déficit de US\$ 1,2 bilhão no período.

O déficit na Balança Comercial foi compensado pelo aumento no fluxo de capitais para o país, resultado da política monetária atual e programa de oferta de *swaps* cambiais que será mantido pelo menos até o fim de 2014, ampliando a captação de recursos das empresas no mercado internacional. O estoque dessas operações já passa de US\$ 89 bilhões. Assim, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 2,5 bilhões. No acumulado de janeiro a junho de 2014, a moeda brasileira apresentou valorização de 5,98% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,2025/US\$ em 30 de junho, contra uma desvalorização de 8,42% no mesmo período de 2013, quando era cotada a R\$ 2,2156/US\$, o que representou uma valorização cambial de 1,3% nos últimos 12 meses.

Em relação ao Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), o indicador registrou inflação de 2,45% no primeiro semestre de 2014, avançando 0,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2013, quando registrou 1,75%. No comparativo mensal, em junho o indicador apresentou recuo 0,74% frente ao mês anterior. O recuo no indicador mensal deve-se à queda de preços no setor atacadista e menor ritmo de inflação no varejo e construção civil.

O Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o semestre em 3,75%, 0,6 ponto percentual acima do ano anterior (3,15%), no comparativo mensal, em junho o indicador recuou pelo terceiro mês consecutivo (0,26% em junho frente a 0,42% em maio). A desaceleração deve-se à deflação no grupo de *commodities* agrícolas. Na contramão, as diárias de hotéis e passagens aéreas sofreram altas significativas com o efeito da Copa do Mundo.

Com relação à política monetária, em decorrência do nível da taxa de câmbio e inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) encerrou o movimento de elevação da taxa Selic, iniciado em abril de 2013, e sinaliza a manutenção da taxa em 11,00% a.a. até o fim de 2014. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, continuou em 5,00% a.a. e será mantida nesse patamar no próximo trimestre.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1S 2014	1S 2013	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	2,2025	2,2156	-0,0131
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	5,98%	-8,42%	14,4 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	2,45%	1,75%	0,7 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	3,75%	3,15%	0,6 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	5,18%	3,57%	1,61 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	2,53%	2,47%	0,06 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO

O primeiro semestre de 2014 foi marcado pela continuidade do baixo índice de chuvas na região sudeste, confirmando um cenário de escassez que se configura desde o último trimestre de 2012. Como consequência, houve a elevação significativa dos custos de energia, cujos efeitos impactam temporariamente os resultados das distribuidoras de energia.

Os principais efeitos deste cenário climático adverso foram (i) insuficiência de recursos hídricos desde o final de 2012, fundamentais para geração de energia via fontes hidráulicas e que possuem custos menores, (ii) elevação do preço da energia no mercado *spot* aos maiores níveis históricos (R\$ 822,32/MWmed) e (iii) necessidade de aumento no despacho térmico, de forma a garantir o suprimento de energia no país.

Parte deste aumento de custos foi compensado através de repasses governamentais, com recursos do Tesouro Nacional via Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e também por meio de Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“Conta ACR”) com participação de instituições financeiras. Até junho de 2014, foram repassados R\$ 11,2 bilhões ao setor elétrico. Os recursos cobriram os custos de janeiro a março de 2014 e, parcialmente, os custos de abril de 2014. Para os meses subsequentes, o setor receberá aporte adicional no valor de R\$ 6,6 bilhões, cobrindo, inclusive, os custos de maio a junho.

De acordo com a regulação vigente, os custos não cobertos pela CDE ou Conta ACR e também não contemplados pela cobertura tarifária atual, compõem a conta de Ativos Regulatórios, cujo montante será repassado para as distribuidoras durante os processos tarifários subsequentes. Em decorrência da não cobertura total dos custos e da impossibilidade de reconhecimento dos Ativos Regulatórios, de acordo com as normas IFRS, a Elektro teve seu resultado temporariamente impactado.

Caso os Ativos Regulatórios fossem passíveis de registro, o EBITDA atual passaria de R\$ 145,4 milhões para R\$ 426,7 milhões (acréscimo de R\$ 281,3 milhões), comparado com R\$ 366,6 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 16,4%. Já o Lucro Líquido passaria de R\$ 11,0 milhões para R\$ 196,7 milhões (aumento de R\$ 185,7 milhões), frente a R\$ 165,9 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 18,6%, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente, o que reflete o real desempenho financeiro e operacional da Elektro.

Com o objetivo de garantir a liquidez financeira durante este momento de descasamento de caixa até a recomposição pelo reajuste tarifário, bem como manter o nível de investimento planejado, a companhia captou, de forma preventiva, recursos no mercado financeiro a taxas atrativas. Em junho de 2014, foram captados R\$ 400 milhões ao custo médio de 103,7% do CDI por meio de linha de capital de giro em moeda estrangeira, via Lei 4131 (vide mais detalhes do empréstimo no item 7 deste relatório).

4.1. Reajuste Tarifário

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 24 de janeiro de 2013 a Aneel promoveu uma Revisão Tarifária Extraordinária envolvendo todas as distribuidoras do Brasil, na qual as tarifas da Elektro foram reduzidas, em média, em 20,34%. Esta redução ocorreu no intuito de contemplar os efeitos decorrentes da Lei 12.783/13, descrita adiante, e não apresentou efeito na Margem Operacional, já que implicou apenas em ajuste dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução nº 1.591 de 20 de agosto de 2013. O reajuste resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de um terço do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90,7 milhões. A devolução de um terço desses valores já foi realizada por meio das tarifas praticadas desde 27 de agosto de 2012 até 26 de agosto de 2013 e o saldo remanescente será devolvido para os consumidores por meio das tarifas com vigência a partir de 27 de agosto de 2014.

Está previsto para 27 de agosto de 2014 o próximo Reajuste Tarifário da Elektro, quando a Aneel ajustará os valores dos custos não gerenciáveis (Parcela A), com vigência para os 12 meses subsequentes.

4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e 8.221/14

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela Aneel em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela Aneel e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela Aneel e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar esta diferença de energia no mercado de curto prazo, a custos elevados.

Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012 até o primeiro semestre de 2014, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em maior necessidade de energia, cujo volume foi suprido por compras no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando do Decreto 7.891/13 ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do leilão A-1 previsto para dezembro de 2012 e insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão, a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios de contrato 37% superiores aos vigentes e acima do previsto na tarifa, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de

energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado *spot*, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho Aneel nº 515/14, foi de R\$ 100,1 milhões.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade. As despesas cobertas referem-se ao período de fevereiro a dezembro de 2014. Assim, em agosto de 2014 a Companhia havia recebido R\$ 730,7 milhões para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305,2 milhões foram repassados no mês de abril (referente a fevereiro de 2014), conforme Despacho Aneel nº 1.256/14, e R\$ 274,9 milhões foram repassados em maio (referente a março de 2014), conforme Despacho Aneel nº 1.443/14, posteriormente, R\$ 150,6 milhões em 09 de junho (cobrindo parcialmente os custos de abril de 2014), conforme Despacho Aneel nº 1.696/14.

Adicionalmente a Companhia possui um contas a receber em 30 de junho de 2014 no montante de R\$ 107,1 milhões, sendo R\$ 88,5 milhões referentes a maio de 2014, conforme Nota Técnica 066/2014 e R\$ 18,6 milhões referentes a junho de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.017/2014, os quais serão repassados em agosto de 2014, totalizando R\$ 837,8 milhões.

Assim, em 30 de junho de 2014, foi contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia, o montante de R\$ 938,0 milhões compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

A Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos a receber em caixa já existia em 30 de junho de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já havia diversos normativos e evidências, dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério de Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia de receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2014, ocorreu o 13º leilão de energia existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado *spot* para o ano de 2014, conforme detalhado no item 5.3 deste Relatório. A Elektro deverá contratar a energia faltante ao longo de 2014, bem como o montante de reposição para 2015, em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

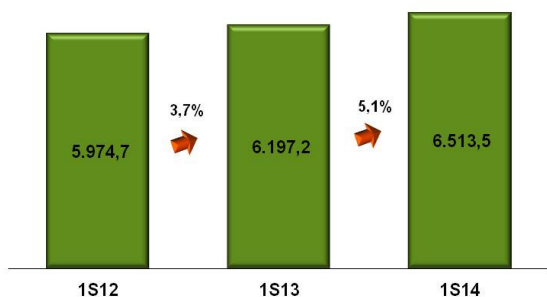
4.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária

Em 10 de junho a ANEEL abriu a 1ª Fase da Audiência Pública 023/2014, cujo objetivo é obter subsídios para o estabelecimento das metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Elektro está acompanhando e realizando suas contribuições. Tão logo os resultados desta Audiência sejam publicados, a Elektro fará sua divulgação.

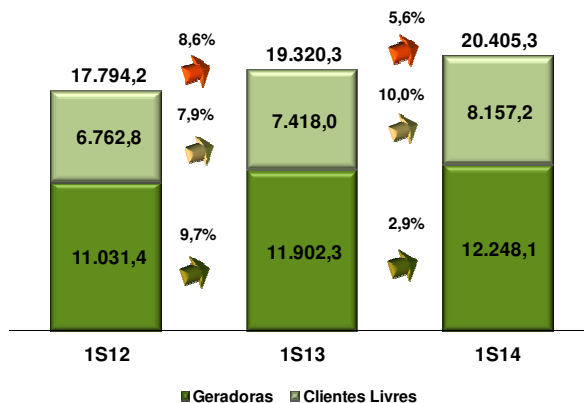
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

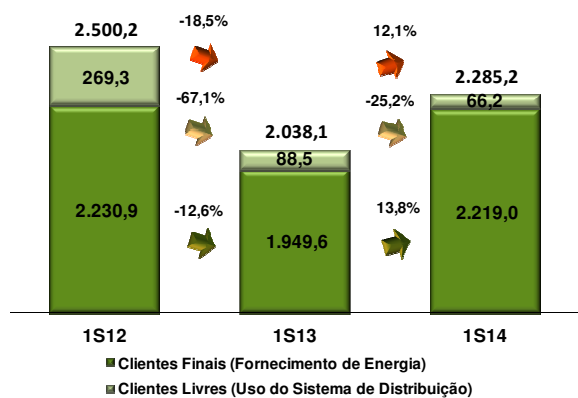
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ^(*)



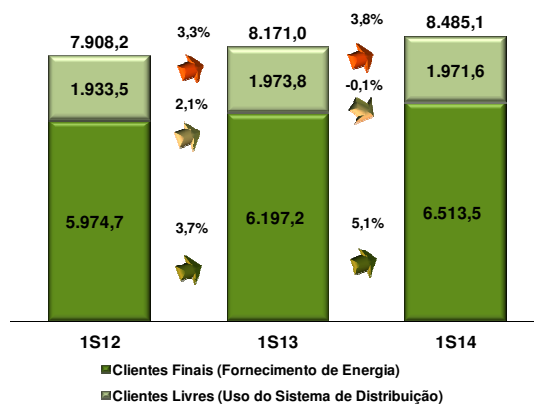
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ^(*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ^(*)		
	1S 2013	1S 2014	Var. %
Residencial	2.084,3	2.251,1	8,0%
Industrial	1.824,7	1.785,3	-2,2%
Comercial	1.195,5	1.300,2	8,8%
Rural	454,9	511,6	12,5%
Poder Público	157,6	169,1	7,3%
Iluminação Pública	220,0	231,2	5,1%
Serviços Públicos	260,1	264,9	1,8%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	6.197,1	6.513,5	5,1%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW ^(*)		
	1S 2013	1S 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	19.320,3	20.405,3	5,6%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1S 2013	1S 2014	Var. %
Residencial	821,7	918,9	11,8%
Industrial	517,8	544,0	5,1%
Comercial	427,0	485,8	13,8%
Rural	95,0	117,4	23,6%
Poder Público	55,9	62,7	12,2%
Iluminação Pública	46,8	53,5	14,3%
Serviços Públicos	64,7	73,5	13,6%
Receita não Faturada ⁽²⁾	(79,4)	(36,7)	-53,8%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.949,5	2.219,0	13,8%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1S 2013	1S 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	88,4	66,2	-25,1%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	2.037,9	2.285,2	12,1%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Considerando que a contabilização da receita não faturada é o resultado líquido da provisão do mês corrente menos o estorno da provisão do mês anterior, e que esta estimativa tem como base um percentual sobre a receita faturada, o resultado do primeiro semestre de 2013 está impactado pela redução das tarifas a partir de 24 de janeiro de 2013.

Neste primeiro semestre a Elektro forneceu 6.513 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um aumento no consumo de 5,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (6.197 GWh).

A temperatura mais elevada nos primeiros meses deste ano foi a principal responsável pela elevação do consumo das classes residencial e comercial, já que a sensação térmica registrada no período superou em quase 1,5º C a temperatura registrada no primeiro semestre de 2013. A classe residencial apresentou crescimento de 8,0% e a comercial 8,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O consumo cativo da classe industrial, por sua vez, apresentou redução de 2,2% no acumulado até junho deste ano quando comparado ao mesmo período de 2013. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, a classe apresentou redução no consumo de 1,1% na comparação

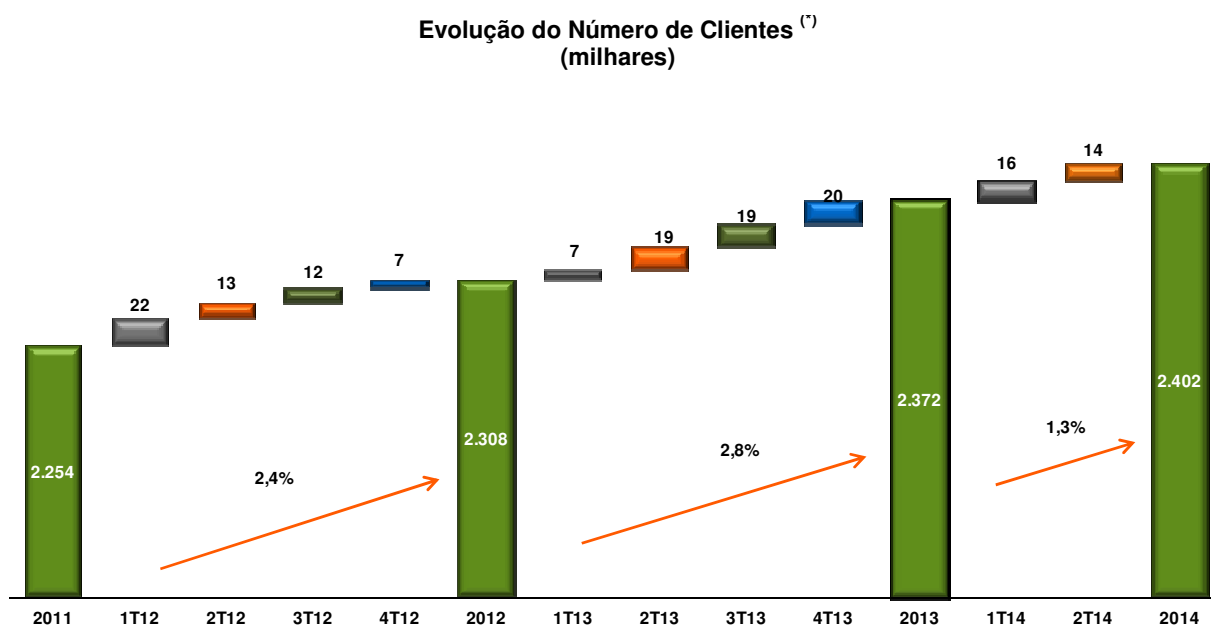
de igual período. Esta variação está em linha com os dados da Produção Industrial, que segundo o IBGE apresentou redução de 2,6% no acumulado de janeiro a junho de 2014.

O consumo da classe rural cresceu 12,5% no acumulado de janeiro a junho, quando comparado ao mesmo período de 2013. Este crescimento é explicado pelo baixo índice de chuvas verificado nos primeiros meses do ano, resultando na maior utilização do sistema de irrigação por muitos dos clientes da área de concessão.

O crescimento das classes poder público de 7,3% e serviço público de 1,8% no primeiro trimestre de 2014, também sofreram os efeitos das altas temperaturas. O crescimento da classe serviço público foi impactado negativamente em 2014 devido a migração de um grande cliente para o mercado livre, o qual foi faturado parcialmente em 2013 como cliente cativo, elevando a base de comparação.

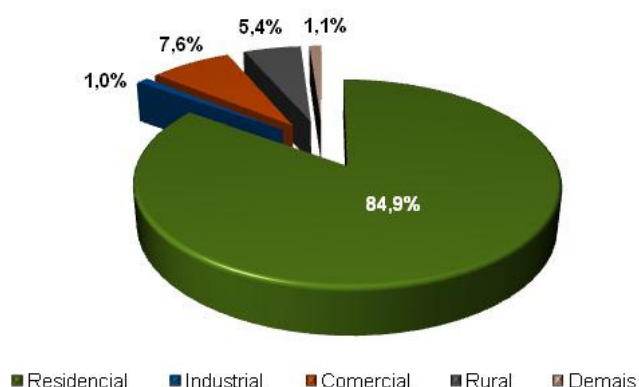
De janeiro a junho de 2014, o crescimento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 3,8%. O consumo do mercado cativo cresceu 5,1% ao passo que dos clientes livres reduziu 0,1%. Em junho de 2014 a Elektro faturou 117 clientes no mercado livre, frente a 109 clientes faturados no mesmo período de 2013.

Em junho de 2014, foram atendidos 2,4 milhões de clientes, com incremento de 2,9%, representado por 69 mil novos clientes, quando comparado ao mês de junho de 2013. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2,4 milhões)

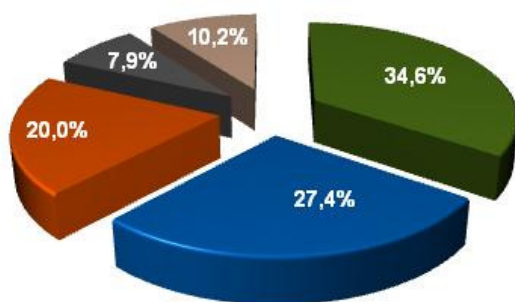


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

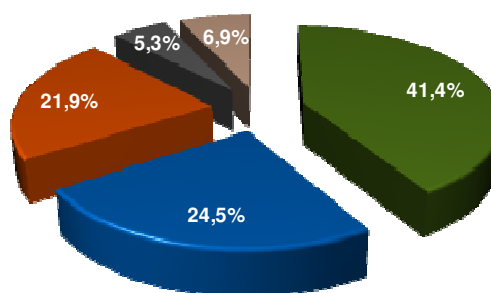
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro semestre de 2014:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (6.513,5 GWh) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 2.219,0 milhões) ⁽¹⁾



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2014. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual média anual de 9,3%² em 2014, que decorre da combinação dos seguintes efeitos:

² Poderá sofrer alteração em função dos efeitos das Liminares nº 0009500-90.2013.4.01.4100 e nº 5535-51.2014.01.0000/DF, respectivamente a favor do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A(ESBR), responsável pela Usina UHE Santo Antonio, e do Consórcio Santo Antônio Energia, responsável pela Usina UHE Santo Antonio.

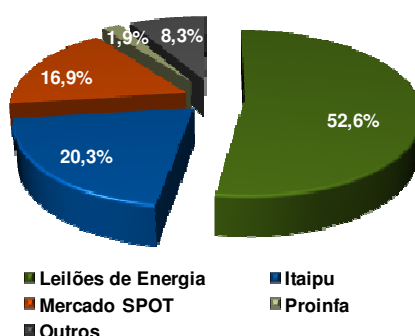
- (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13;
- (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel;
- (iii) falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período de julho de 2013 a junho de 2014;
- (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013;
- (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento dos CCEARs devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinações da Aneel;
- (vi) realização do Leilão A-0 em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed a partir de maio de 2014, reduzindo o percentual de insuficiência contratual para este ano.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Assim, no primeiro semestre de 2014 o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 52,6% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,3% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 16,9% decorreram de compras no mercado *spot*, (iv) 1,9% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 8,3% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13 e de também por compra de energia de Geração Distribuída.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro no primeiro semestre de 2014:

Contratos de Compra de Energia (*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em 2014 e para os anos subsequentes, há ainda necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente. Conforme comentado, esta necessidade foi parcialmente suprida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed a partir de maio de 2014. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2014 foi adquirida em leilões de anos anteriores e no 19º Leilão de Energia Nova A-3, que ocorreu em 06 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed. O restante deverá ser contratado através de leilões específicos a serem realizados a partir de 2014, conforme previsto na legislação vigente ou através de outros mecanismos de compra de energia disponíveis. Reafirma-se que independente do sucesso nestas contratações, a exposição é considerada

involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	1S 2014	1S 2013	1S 2014/1S 2013	
			△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	2.219,0	1.949,6	269,4	13,8%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	66,2	88,4	(22,2)	-25,1%
Receita de construção	130,7	137,1	(6,4)	-4,7%
Outras Receitas	312,3	141,9	170,4	120,1%
Receitas Operacionais	2.728,2	2.317,0	411,2	17,7%
Deduções às Receitas Operacionais	(734,9)	(646,6)	(88,3)	13,7%
Receitas Operacionais Líquidas	1.993,3	1.670,4	322,9	19,3%
Energia Comprada para Revenda	(1.446,4)	(1.050,3)	(396,1)	37,7%
Custo de Construção	(130,7)	(137,1)	6,4	-4,7%
Gastos e Despesas Operacionais	(345,1)	(331,4)	(13,7)	4,1%
Resultado do Serviço	71,1	151,6	(80,5)	-53,1%
EBITDA *	145,4	224,8	(79,4)	-35,3%
Resultado Financeiro	(51,3)	(38,8)	(12,5)	32,2%
Lucro Líquido	11,0	72,3	(61,3)	-84,8%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 11,0 milhões no primeiro semestre de 2014) ajustado pelo resultado financeiro (-R\$ 51,3 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 8,7 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 74,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2014, registrando crescimento de 17,7% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 2,3 bilhões). Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 2,0 bilhões, com incremento de 19,3% em comparação com o acumulado no primeiro semestre de 2013 (R\$ 1,7 bilhão). As variações observadas devem-se principalmente a:

- (i) reajuste nas tarifas aplicado a partir de 27 de agosto de 2013, resultado do Reajuste Tarifário de 2013, cujo efeito médio percebido pelo consumidor foi um incremento de 8,9% nas tarifas praticadas;
- (ii) crescimento no fornecimento de energia a clientes finais de 5,1%, em especial no consumo das classes residencial e comercial; e
- (iii) incremento de R\$ 170,4 milhões em Outras Receitas, em especial: (a) na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia no montante de R\$ 137,0 milhões, (b) nas subvenções de CDE para subsídio tarifário (que, no primeiro trimestre de 2013, passaram a ser repassadas via CDE apenas a partir da emissão do Decreto 7.891/13, em 23 de janeiro de 2013) no valor de R\$ 19,4 milhões, e (c) na remuneração do Ativo Financeiro no valor de R\$ 13,1 milhões.

O Custo da Energia Comprada para Revenda vem registrando incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados conforme motivos detalhados no item 4 deste Relatório.

Parte destes custos foi compensada com R\$ 100,1 milhões de recursos de CDE recebidos conforme Decreto 8.203/14 referente à competência de janeiro, e adicionalmente, R\$ 837,8 milhões referente às competências de fevereiro a junho de 2014, recursos advindos do Financiamento da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR).

Dessa forma, o aumento dos custos de energia comprada foi de 37,7% (R\$ 1.446,4 milhões) no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, dentre outros, incremento nos preços médios de contrato de energia em relação ao primeiro semestre de 2013 (principalmente em função dos maiores preços contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013 e no leilão A-0 ocorrido em abril de 2014), a exposição involuntária e ao crescimento de mercado. Esses custos adicionais são repassados nos reajustes tarifários subsequentes, neutralizando os impactos para a companhia.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 345,1 milhões, com incremento de 4,1% (R\$ 13,7 milhões) em relação ao primeiro semestre de 2013, devido principalmente aos maiores gastos com serviços no sistema elétrico, a fim de garantir a confiabilidade do sistema. É relevante frisar que o incremento nos Gastos e Despesas Operacionais foi menor do que os índices de inflação dos últimos 12 meses (IGP-M de 6,25% e IPCA de 6,52%), refletindo as eficiências operacionais alcançadas pela companhia.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 145,4 milhões, com redução de 35,3% em relação ao EBITDA do primeiro semestre de 2013 (R\$ 224,8 milhões) e redução da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 13,5% de janeiro a junho de 2013 para 7,3% para o mesmo período de 2014), decorrente de:

- (i) aumento dos custos de energia comprada em R\$ 396,1 milhões, devido, dentre outros, ao incremento nos preços médios de contrato de energia (principalmente em função dos maiores preços contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013 e no leilão A-0 ocorrido em abril de 2014), exposição involuntária e crescimento de mercado;
- (ii) incremento nos Gastos e Despesas Operacionais da companhia, porém em níveis inferiores aos índices de inflação registrados no período.

As variações negativas foram parcialmente compensadas pelas variações positivas da Receita Operacional Líquida apresentadas acima e pelos repasses governamentais advindos de recursos da CDE e Conta ACR no montante total de R\$ 938,0 milhões, reduzindo os custos de energia comprada da companhia.

O Resultado Financeiro apresentou despesa financeira líquida com aumento de 32,2% em relação ao primeiro semestre de 2013, no valor de R\$ 12,5 milhões. As maiores despesas de juros e variação monetária são relacionadas ao maior saldo médio de dívida do período (empréstimos, financiamentos e debêntures) e aumento dos seus indexadores (IPCA, IGP-M e CDI).

Considerando os fatores acima mencionados, além dos impactos descritos no item 4.2 deste relatório, bem como o novo aporte financeiro via Conta ACR, a Elektro registrou lucro líquido de R\$ 11,0 milhões no acumulado de janeiro a junho de 2014, com redução de 84,8% quando comparado ao mesmo período de 2013 (R\$ 72,3 milhões) e a margem líquida passou de 4,3% no primeiro semestre de 2013 para 0,6% no mesmo período de 2014. É importante ressaltar que os efeitos negativos dos impactos no custo de energia serão considerados nos processos tarifários subsequentes.

6.1. Resultado ajustado
R\$ Milhões

DRE - Resultado ajustado	2014	2013	Variação	
	1S 2014	1S 2013	R\$ Mil	%
Receitas operacionais líquidas	1.993,3	1.670,4	322,9	19,3
(-) Receita de construção	130,7	137,1	(6,4)	-4,7
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,5)	(20,1)	(17,4)	86,6
Receitas operacionais líquidas ajustadas	1.900,1	1.553,4	346,7	22,3
Resultado do Serviço	71,1	151,5	(80,4)	-53,1
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,5)	(20,1)	(17,4)	86,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(243,8)	(121,7)	(122,1)	100,3
Resultado do Serviço ajustado	352,4	293,3	59,1	20,2
EBITDA	145,4	224,8	(79,4)	-35,3
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,5)	(20,1)	(17,4)	86,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(243,8)	(121,7)	(122,1)	100,3
EBITDA ajustado	426,7	366,6	60,1	16,4
Lucro (prejuízo) líquido	11,0	72,3	(61,3)	-84,8
(-) Ajustes EBITDA líquidos de IR/CS	(185,7)	(93,6)	(92,1)	98,4
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	196,7	165,9	30,8	18,6

Os Resultados da Companhia no primeiro semestre de 2013 e 2014, apresentados no item 6 deste Relatório, estão impactados por eventos que foram e serão repassados às tarifas nos Reajustes Tarifários subsequentes. Esses eventos estão apresentados no quadro acima como “ativos e passivos regulatórios”. As Receitas Operacionais Líquidas (ROL) são ajustadas principalmente pela Receita de Construção, que tem impacto nulo sobre o Resultado da Companhia, uma vez que é uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que não há margem de contribuição na prestação deste serviço pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 10.3). Dessa forma, a exclusão destes efeitos sobre as Receitas Operacionais Líquidas resultaria em uma receita de R\$ 1.900,1 milhões no primeiro semestre de 2014 contra R\$ 1.553,4 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 22,3%, motivado principalmente pelo reajuste tarifário a partir de agosto de 2013, além do crescimento de mercado na área de concessão e melhora no mix de consumo de energia.

O EBITDA contém ainda, além do efeito dos ativos e passivos regulatórios sobre a Receita, o impacto dos Custos de Energia Comprada, que são repassados em reajustes tarifários subsequentes, negativo de R\$ 243,8 milhões no primeiro semestre de 2014 e de R\$ 121,7 milhões no mesmo período de 2013. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os períodos, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado seria de R\$ 426,7 milhões de janeiro a junho de 2014 e de R\$ 366,6 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 16,4% neste período. Da mesma forma, o Resultado do Serviço ajustado seria de R\$ 352,4 milhões no acumulado do primeiro semestre de 2014 contra R\$ 293,3 milhões no mesmo período de 2013, o que representaria um incremento de 20,2%. Os fatores que motivaram esse crescimento são:

- (i) reajuste nas tarifas aplicado a partir de 27 de agosto de 2013, resultado do Reajuste Tarifário de 2013, cujo efeito médio percebido pelo consumidor foi um incremento de 8,9% nas tarifas praticadas;
- (ii) crescimento no fornecimento de energia a clientes finais de 5,1%, em especial no consumo das classes residencial e comercial;
- (iii) incremento de R\$ 170,4 milhões em Outras Receitas, em especial: (a) na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia no montante de R\$ 137,0 milhões, (b) nas subvenções de CDE para subsídio tarifário (que, no primeiro trimestre de 2013, passaram a ser repassadas via CDE apenas a partir da emissão do Decreto 7.891/13, em 23 de

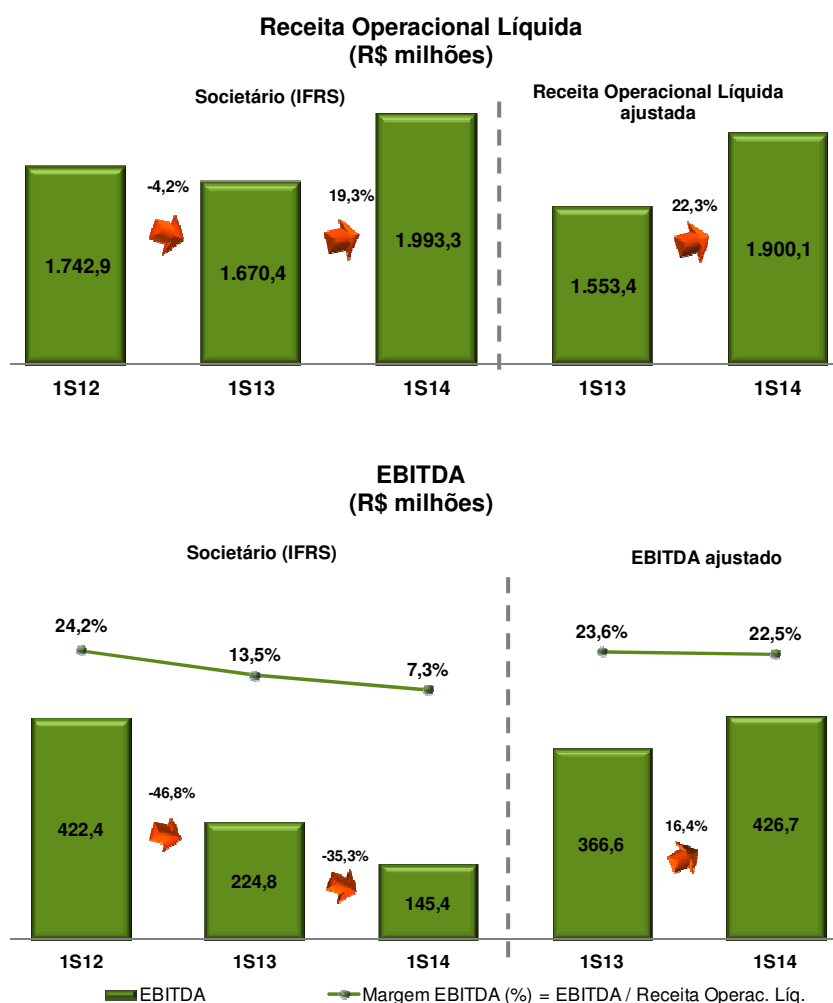
janeiro de 2013) no valor de R\$ 19,4 milhões, e (c) na remuneração do Ativo Financeiro na quantia de R\$ 13,1 milhões; e

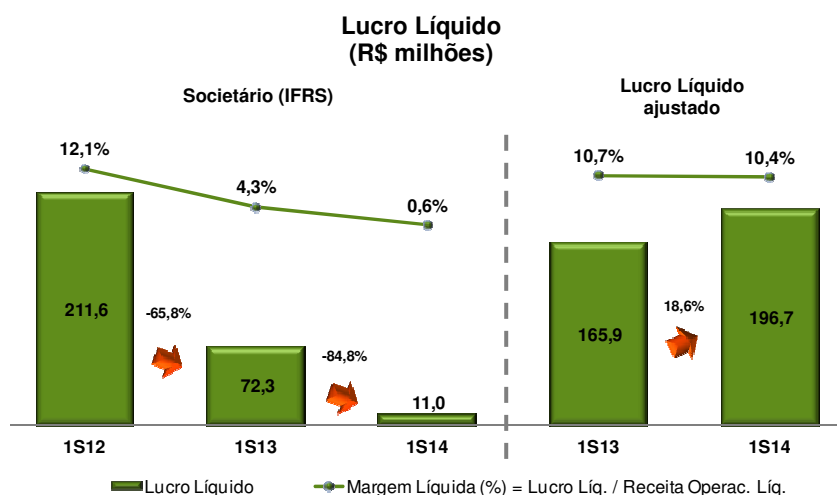
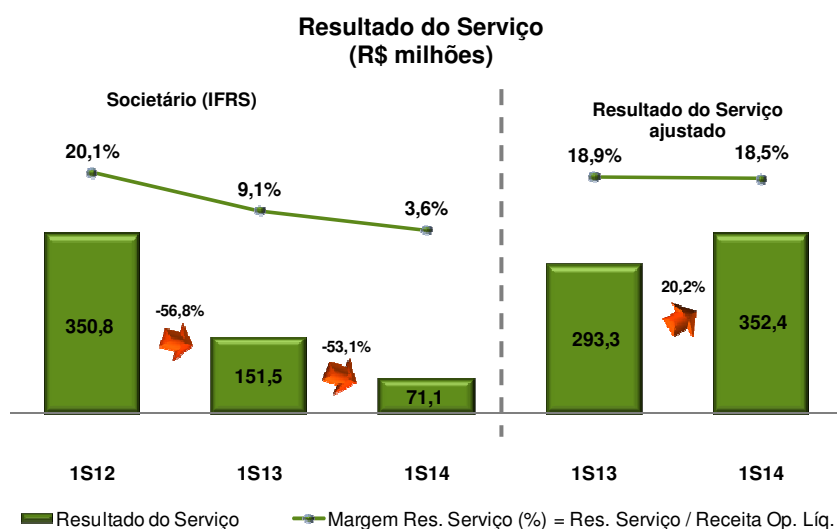
- (iv) Incremento nos Gastos e Despesas Operacionais da companhia, porém em níveis inferiores aos índices de inflação registrados no período.

Considerando os efeitos destes mesmos ajustes no EBITDA e Resultado do Serviço, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, o Lucro Líquido do primeiro semestre de 2014 seria de R\$ 196,7 milhões frente a R\$ 165,9 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 18,6% no Lucro Líquido ajustado, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente.

A Elektro entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento dos níveis de geração de caixa operacional, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre variações de custos não gerenciáveis e o reflexo destas variações nas Receitas, que serão ajustados a partir da Revisão ou Reajuste Tarifário subseqüente, conforme a regulação do setor.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados da Elektro no primeiro semestre de 2014 comparados ao mesmo período de 2013, considerando os resultados societários (IFRS) e ajustados (ajustes de ativos e passivos regulatórios):





6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2013 foram distribuídos Dividendos Intermediários com base no Lucro Líquido apurado no primeiro semestre de 2013 no valor de R\$ 78,3 milhões, pagos em 1º de novembro de 2013. Também foram declarados Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício social de 2013 no total de R\$ 93,1 milhões pagos, líquidos de imposto de renda retido na fonte, em 23 de dezembro de 2013.

Em 20 de março de 2014, a Assembleia Geral dos Acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 163,0 milhões, referentes ao exercício social de 2013 (deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), cujo pagamento se dará até o encerramento do exercício social de 2014, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/06/2014	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	86,2	996,6	1.082,8	48,3%
BNDES Finem / Finame	28,9	298,4	327,3	14,6%
Eletróbrás	13,9	65,1	79,0	3,5%
Finep	11,2	39,5	50,7	2,3%
BEI	4,6	280,8	285,4	12,7%
Moeda Estrangeira (4131)	1,7	400,0	401,7	17,9%
Arrendamento mercantil	2,8	12,9	15,7	0,7%
Total da Dívida	149,3	2.093,3	2.242,6	100,0%
Perfil da Dívida	7%	93%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(783,4)	
Endividamento Líquido			1.459,2	

(1) Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou o primeiro semestre de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1.459,2 milhões (26,8% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2013, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.151,0 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 2.242,6 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 783,4 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 7% do total do endividamento.

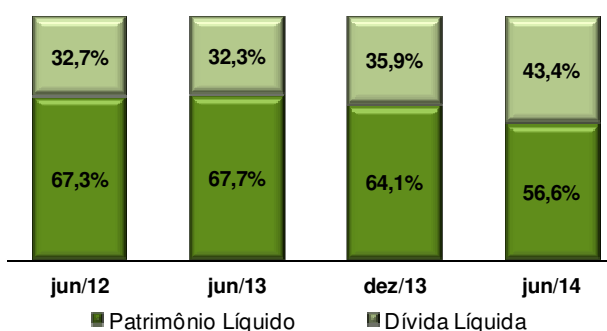
No primeiro semestre de 2014, a empresa captou o total de R\$ 587,3 milhões, dos quais R\$ 187,3 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 184,0 milhões por meio da nova linha de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 3,3 milhões por meio da linha financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Entre os dias 10 e 17 de junho de 2014, a empresa utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, contratou linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões (US\$ 177,5 milhões) e com prazo de vencimento de 2 anos.

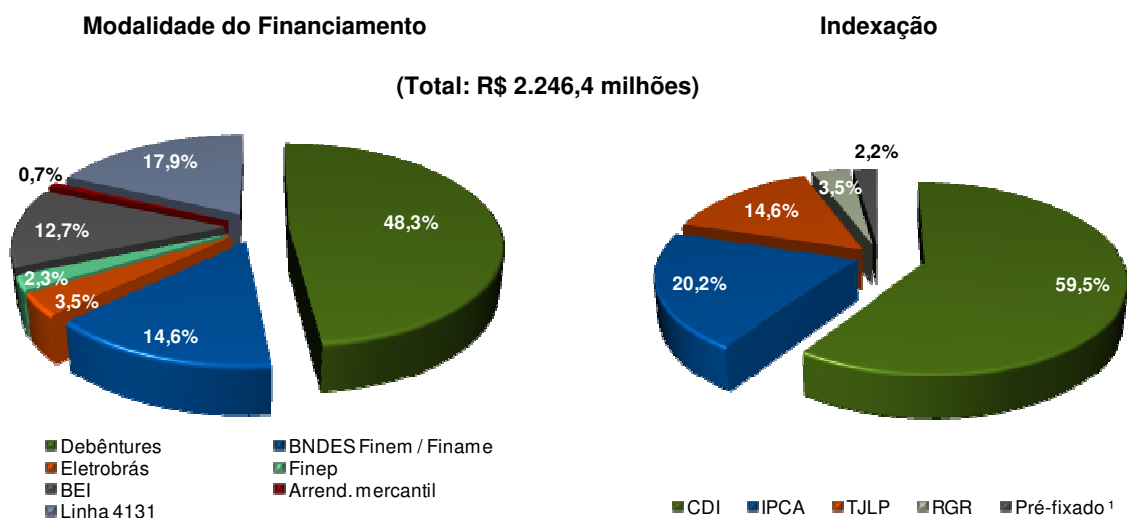
Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado desta operação, a empresa contratou *swap* com o mesmo prazo de vencimento e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo médio final atrelado ao CDI de 103,7%.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



Em 30 de junho de 2014, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



(1) Consideram recursos da FINEP sem indexação.

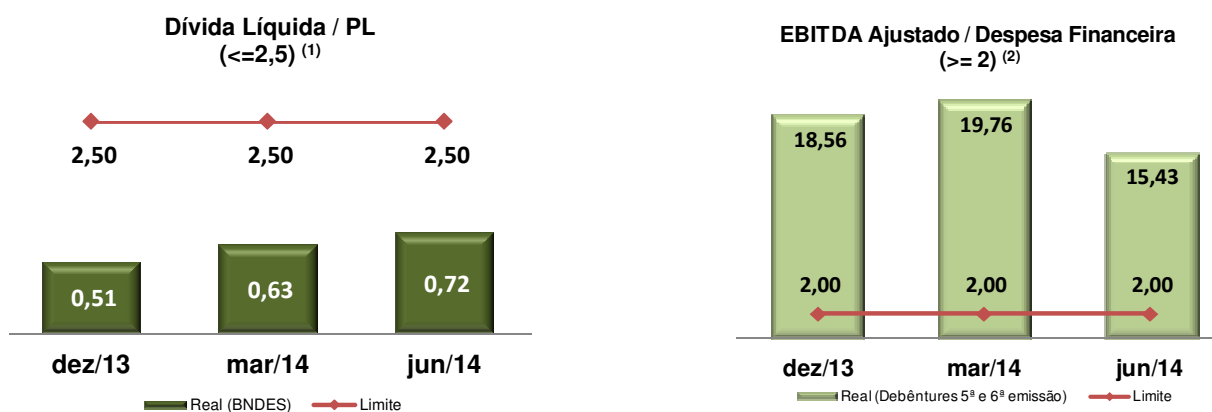
7.1. Covenants Financeiros

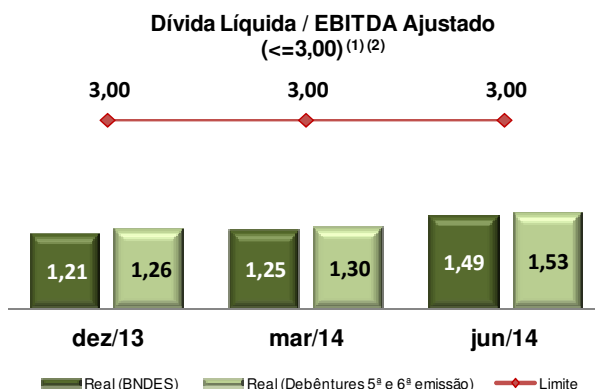
A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (4131) com o HSBC e Bank of Tokyo.

Em 28 de novembro de 2013 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas das 5ª e 6ª Emissões, nas quais foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão, a fim de incluir a definição de Ativos e Passivos Regulatórios e modificar a metodologia de cálculo do EBITDA, incluindo em sua composição os Ativos e Passivos Regulatórios. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos *covenants* financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios.

Da mesma forma, foi aprovada em 10 de outubro de 2013 a alteração da definição de EBITDA, com a inclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios, para os contratos firmados com o BNDES.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:





- (1) BNDDES. Para este contrato, a definição de EBITDA ajustado contempla, além dos ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios, a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.
- (2) 4131 e Debêntures 5ª e 6ª emissão. Para as Escrituras de Emissão, a definição de EBITDA ajustado contempla os ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 03 de julho de 2014, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em Junho de 2014 a Elektro contratou três novas operações de *swap* no montante total de R\$ 400 milhões, junto aos bancos HSBC, Citibank e Bank of Tokyo com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento (linha 4131).

Adicionalmente, a Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da CVA.

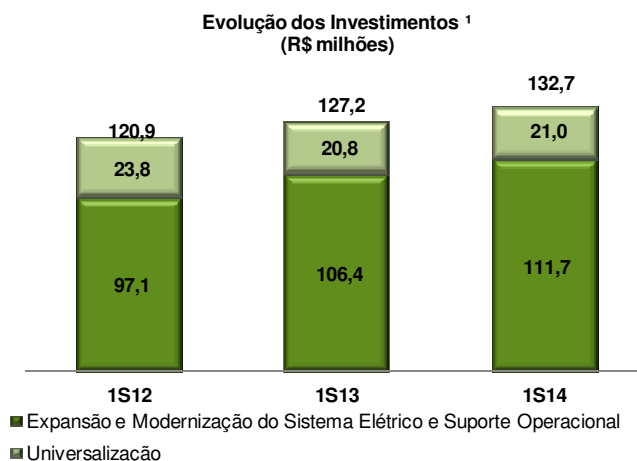
10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1S 2014	1S 2013	2S 2014/2S 2013
Lucro líquido do período	11,0	72,3	(61,3)
Depreciação e outras amortizações	74,3	73,3	1,0
Juros e variação monetária e cambial	103,2	69,8	33,4
Outros	(15,5)	62,3	(77,8)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	162,0	205,4	(43,4)
Lucro Líquido Ajustado	173,0	277,7	(104,7)
Variação do Capital de Giro Operacional	(273,0)	67,40	(340,4)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	(100,0)	345,1	(445,1)
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(130,7)	(137,1)	6,4
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	7,7	(0,3)	8,0
Caução de fundos e depósitos vinculados	2,9	(7,3)	10,2
Atividades de Investimento	(120,1)	(144,7)	24,6
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(51,1)	(407,1)	356,0
Captação de empréstimos e debêntures	587,0	55,7	531,3
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	535,9	(351,4)	887,3
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0,00	0,00	0,00
Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	535,9	(351,4)	887,3
Geração (consumo) Líquido de Caixa	315,8	(151,0)	466,8
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	467,6	583,1	(115,5)
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	783,4	432,1	351,3

No primeiro semestre de 2014 houve geração líquida de caixa no montante de R\$ 315,7 milhões, contra um consumo líquido de caixa de R\$ 151,0 milhões em relação ao mesmo período de 2013. Dentre as principais justificativas destacam-se: (i) captação por meio de instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões, (ii) montante menor realizado com amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil por conta de liquidação de linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira em abril de 2013, impactando a base comparativa entre os dois períodos; (iii) consumo de capital de giro operacional devido principalmente ao incremento de fornecedores e supridores de energia elétrica a pagar, também relacionado ao aumento dos custos de energia. Este efeito foi parcialmente compensado pelo repasse de CDE via conta ACR, referente aos repasses de custo de energia a receber, cujos gastos já foram incorridos no período; (iv) consumo de capital de giro devido a incremento no valor pago de Imposto de Renda por conta de contabilização de lucro no Resultado Fiscal, que desconsidera os valores de Ativos e Passivos Regulatórios, impactados pelos maiores custos de energia.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro semestre de 2014, a Elektro investiu R\$ 139,3 milhões, dos quais R\$ 6,6 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 4,1% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 133,8 milhões, dos quais R\$ 6,6 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).



(1) Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos foram:

- (i) R\$ 111,7 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 56,5 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 30,5 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 15,3 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
 - (d) R\$ 9,4 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.
- (ii) R\$ 21,0 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 19,3 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
 - (b) R\$ 1,7 milhão referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 64 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

O nível de investimento realizado no primeiro semestre de 2014 está em linha com realizado no mesmo período do ano anterior.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

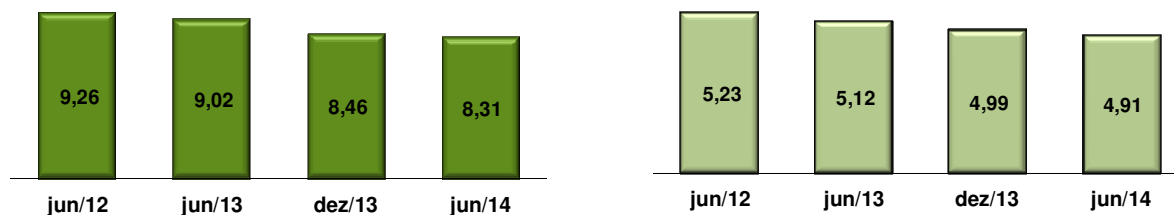
12.1. DEC e FEC

A Elektro mantém forte compromisso com a eficiência e melhoria contínua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

Como resultado, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), apresentaram melhora em relação aos indicadores anualizados em dezembro de 2013, que foram os melhores resultados da história da Elektro para ambos. Em junho de 2014, o DEC anualizado registrou 8,31 horas contra 8,46 em dezembro de 2013 e 9,02 em junho de 2013 e o FEC registrou 4,91 interrupções contra 4,99 em dezembro de 2013 e 5,12 em junho de 2013, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estes resultados refletem a melhoria contínua e estão diretamente relacionados a robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, introdução de processos inovadores de engenharia de distribuição e pela política de investimentos em melhorias que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*) FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)

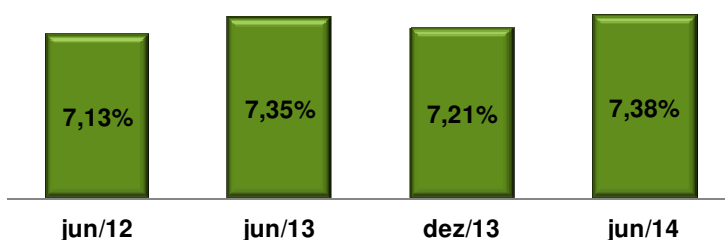


Obs: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 30/06/2012 seriam 10,78 e 5,87, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/06/2013 seriam 12,94 e 6,73, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2013 seriam 11,57 e 6,22, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/06/2014 seriam 11,58 e 6,17, respectivamente.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perdas de Distribuição

Perdas de Distribuição ^(*)



Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

As perdas de distribuição apresentaram ligeira elevação quando comparadas a períodos anteriores, registrando índice de 7,38% em junho de 2014 em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico de alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão (classes residencial e comercial), que tiveram crescimento bem mais significativo.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da Aneel nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 2,54% acumulados nos últimos 12 meses encerrados em 30 de junho de 2014. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de junho de 2014 seria de 9,92%.

13. RECONHECIMENTO

Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e da Região Sudeste, Melhor Responsabilidade Social, Melhor Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional.

Em 18 de Julho de 2014, a Elektro foi premiada pela sétima vez (2004, 2005, 2007, 2010, 2011, 2012 e 2014) como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), entre as empresas com mais de 500 mil clientes. Além do prêmio Nacional e da região Sudeste, a Elektro também foi premiada nas seguintes categorias: Responsabilidade Social (2007, 2010 e 2014), Qualidade da Gestão (2011 e 2014) e Melhor Gestão Operacional (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2014).

Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. A avaliação da Responsabilidade Social tem o objetivo de avaliar o quanto a empresa está comprometida em implementar ações para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, a melhoria contínua do desempenho ambiental e social, assim como acidente zero com parceiros e população.

A vertente Qualidade da Gestão resulta da avaliação da Fundação Nacional da Qualidade, com base no Relatório de Gestão, refletindo o diagnóstico da gestão organizacional.

A Gestão Operacional, na qual a empresa se destacou pela nona vez, julga elementos como continuidade do fornecimento, segurança (de colaboradores, parceiros e da população) qualidade do faturamento, inadimplência e perdas de energia.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br